

ATA NÚMERO DOZE

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2018

Aos catorze dias do mês de maio do ano dois mil e dezoito, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: António Manuel Pina Fonseca, que presidiu, Alexandre Filipe Fernandes Lote, Bruno Henrique Figueiredo Costa, Rita Isabel Almeida Silva e Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues, Vereadores. -----

Secretariou a reunião Paulo Manuel das Neves Santos, Chefe de Divisão Técnica Municipal. -----

Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas quinze horas. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Usou da palavra o Senhor Presidente para cumprimentar os Senhores Vereadores e o Chefe de Divisão Técnica Municipal. -----

O Senhor Presidente agradeceu à Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues o facto de ter estado presente na cerimónia de assinatura dos protocolos de constituição de 75 novas Equipas de Intervenção Permanente, que contou com a presença do Senhor Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, do Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil, José Artur Neves, do Senhor Presidente da Associação de Municípios Portugueses, Manuel Machado, do Senhor Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, Jaime Marta Soares, de representantes das Câmaras Municipais e Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários que assinaram os protocolos, e outras entidades. Foi um ato muito importante para o país, para os Bombeiros Portugueses em geral, e os Bombeiros de Fornos de Algodres em particular, e para o concelho de Fornos de Algodres, uma vez que a escolha do nosso concelho para tão importante sessão protocolar foi reveladora da importância que o Governo deu ao Município de Fornos de Algodres. -----

Informou que no dia 10 de maio tinha estado presente no simulacro realizado na Freguesia de Matança, no âmbito do Programa "Aldeia Segura" e "Pessoas Seguras", onde teve oportunidade de agradecer à Senhora Presidente de Junta a disponibilidade que teve, desde o primeiro dia, para que o mesmo fosse realizado e também pelo papel fundamental que teve na divulgação e na sensibilização feita junto da população. -----

Informou ainda que, juntamente com o Senhor Vice-Presidente, tinha estado na Presidência do Conselho de Ministros, numa ação de promoção do Queijo da Serra e de outros produtos endógenos do nosso concelho. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente para informar que já tinha sido feita a primeira reunião preparatória da equipa do orçamento participativo (OP) e que, depois de ultrapassados os problemas relacionados com a introdução da nova Lei da Proteção de Dados, o mesmo estará disponível online para submissão de propostas.

Usou da palavra o Senhor Vereador Bruno Costa informando que tinha sido aprovado pelas Águas do Vale do Tejo, S.A, a ligação da rede de abastecimento público de água do Reservatório de Maceira à povoação de Forçadas. Salientou ainda as atuais boas relações existentes entre o Município e a empresa. -----

Cumprindo para o efeito o Estatuto dos Eleitos Locais, a Senhora Vereadora Rita Silva, entregou ao Senhor Presidente ofício onde reitera os pedidos efetuados, nomeadamente: documentos assinados pelo Senhor Eng. Paulo relativo às empresas Andrades, Lda e Lopes & Irmãos, Lda, gravação do julgamento do Boletto & Pinto, Lda, custo das peritagens relativas às empresas Andrades, Lda e Lopes & Irmãos, Lda e disponibilização do pedido de cabimento, procedimento de contratação e demais documentos associados, nomeadamente fatura, ordens de pagamento e respetivos recibos; auto de medição n.º 1, fatura, ordem de pagamento, recibo a existir, bem como o processo de contratação da obra de "Recuperação da Escola Primária de Fornos de Algodres"; informação de como tinha sido solicitado o desembolso do montante relativo ao processo judicial n.º 531/14.5 BECTB, uma vez que não teve conhecimento do primeiro e segundo desembolso do FAM que ocorreram em 15/05/2017 e 29/12/2017 respetivamente; despesa e receita da Feira do Queijo, nomeadamente pedidos de cabimento, compromisso e procedimentos de contratação e receita arrecadada do evento, por cliente e/ou beneficiário nomeadamente os pagamentos das entidades participantes no evento e demais receitas; atas aprovadas desde o início do mandato até à presente data. -----

Interveio a Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues questionando o Senhor Presidente do porquê de numa notícia saída na SIC, terem dado como Capital do Queijo da Serra, Celorico da Beira e não terem mencionado Fornos de Algodres. Se teria alguma explicação. -----

O Senhor Presidente respondeu que não era da sua responsabilidade a avaliação dos critérios jornalísticos mencionados, sendo certo que existiam vários concelhos que se intitulavam como tal. -----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues mostrou-se preocupada pelo facto de Fornos de Algodres não ser reconhecido em termos de Queijo da Serra apelando a que seja feita uma maior divulgação. -----

O Senhor Presidente informou que esse trabalho estava a ser feito e que na última reunião da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE), juntamente com o Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira, informaram que Fornos de Algodres e Celorico da Beira deveriam ser protagonistas num processo de candidatura a um PROVERE referente ao Queijo da Serra, uma vez que a mesma implica valores que podem vir para esta região. -----

Interveio a Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues para informar que na sua opinião tinha chegado a altura de o Senhor Presidente equacionar a possibilidade, que ela própria falou durante a campanha eleitoral, de atribuir um subsídio por litro de leite aos produtores de Fornos de Algodres. Tendo Fornos de Algodres apenas

duas queijarias qualificadas com a designação DOP, a Câmara deveria trabalhar mais nesse âmbito para que esse número fosse aumentado. -----

O Senhor Presidente informou que irá solicitar parecer relativamente a essa possibilidade, garantindo desse modo que não haja duplicação de financiamento, uma vez que poderá violar as regras de incentivos à produção definidas pela comissão europeia. -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Rita Silva solicitando alguns esclarecimentos ao Senhor Presidente no que diz respeito às afirmações por si proferidas na reunião anterior. Assim, gostaria de saber, se no processo do Dr. Miranda, tinha sido condenado nas duas instâncias. -----

O Senhor Presidente informou que no final da reunião lhe entregava cópia dos dois despachos, sendo que no primeiro despacho do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco condenava-se o réu ao pagamento ao autor do subsídio de reintegração e no segundo, do Tribunal Central Administrativo do Sul, era parecer do Ministério Público que a sentença recorrida devia ser mantida e ser negado provimento ao recurso. -----

A Senhora Vereadora questionou se tinha havido parecer da condenação ou se tinha existido algum acordo ao que o Senhor Presidente informou que só houve acordo depois da condenação e que estava tudo nas cópias que lhe iria entregar. -----

A Senhora Vereadora questionou ainda o porquê de os acordos relativamente às empresas Andrades, Lda e Lopes & Irmãos, Lda terem vindo à aprovação da Câmara e esse não ter vindo, e o porquê de ter proibido que o Chefe de Divisão de Administração Geral lhe desse conhecimento e facultasse esses elementos, depois de os ter solicitado. Ou seja, viola claramente o direito que tem de ser informada regular e diretamente sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a atividade autárquica e pôs em causa os princípios de imparcialidade e da igualdade uma vez que os restantes acordos que estavam em pé de igualdade tinham sido submetidos à Câmara Municipal para votação. -----

Interveio o Senhor Presidente entregando à Senhora Vereadora Rita Silva toda a documentação solicitada e questionado a Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues se teria mais alguma intervenção a fazer tendo a mesma reforçado a ideia que o Município deveria fazer de tudo para manter e aumentar a quota de produção do Queijo da Serra no nosso concelho. -----

A Senhora Vereadora Rita Silva interveio afirmando que ainda não tinha acabado a sua intervenção, uma vez que tinha sido interrompida, e que gostaria de continuar ao que o Senhor Presidente não autorizou, uma vez que lhe foi concedida a palavra para o efeito, e a Senhora Vereadora dispôs de todo o tempo para apresentar as suas questões no período antes da ordem do dia. Em discordância com a decisão do Senhor Presidente, a Senhora Vereadora informou que iria apresentar declaração de voto. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 - HOMOLOGAÇÃO DA HASTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DO BAR DO RIO -----

De acordo com o deliberado na reunião do Órgão Executivo de 13 de abril de 2018, para colocar em hasta pública a concessão do Bar do Rio Mondego, o Chefe da Divisão de Administração Geral remeteu a ata de abertura da proposta, para homologação em reunião do Executivo. Deu entrada nos serviços municipais uma proposta que cumpre os requisitos enumerados no edital publicado a 17/04/2018, pelo que propôs a concessão do Bar do Rio à firma "Luís Miguel Pina Ferreira". -----

Face ao exposto e em virtude de reunir critérios adequados propôs-se o seu deferimento, cumprindo-se o teor do parecer do Chefe da Divisão de Administração Geral. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

2 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA COVA DA BEIRA (AMCB) -----

Nos termos do artigo 13.º dos Estatutos da Associação de Municípios da Cova da Beira, e de acordo com o definido na Lei n.º 11/2003, de 13 de maio, a Assembleia Intermunicipal é composta, pelos presidentes e vereadores, de cada umas das Câmaras dos municípios associados, sendo que cada Município far-se-á representar por dois membros, sendo um deles o presidente obrigatoriamente. -----

Face ao exposto o Senhor Presidente propôs a substituição da Senhora Vereadora Rita Isabel Almeida Silva pelo Senhor Vice-Presidente, Alexandre Filipe Fernandes Lote, para segundo representante do Município na Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Cova da Beira. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com três votos a favor e dois votos contra, nomear o Senhor Vice-Presidente, Alexandre Filipe Fernandes Lote, como segundo representante do Município na Assembleia Intermunicipal da AMCB -----

3 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA NOMEAÇÃO DA EQUIPA RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DA QUALIDADE DO MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES -----

O Senhor Presidente informou que até à presente data era a Senhora Vereadora Rita Silva que liderava a equipa responsável pela implementação da Política da Qualidade do Município de Fornos de Algodres, mas que a partir desse momento passaria a ser ele a liderar, sendo que os restantes elementos da equipa se mantinham. Assim, a equipa era composta pelo Presidente da Câmara, Eng. Paulo Santos, Dr. Américo Domingues, André Pereira e Ricardo Silva. -----

Interveio a Senhora Vereadora Rita Silva referindo que sobre este assunto iria apresentar uma declaração, passando à leitura da mesma e que se dá aqui como transcrita: -----

“Fui nomeada como Responsável pela Qualidade, a 7 de março de 2017, e em julho de 2017, obtínamos a certificação tão ambicionada do serviço de atendimento da Câmara Municipal de Fornos de Algodres... A equipa deu o seu melhor, bem como os colaboradores desta casa fomos responsáveis pela certificação com nenhum incumprimento e em tempo record apesar de alguns constrangimentos, que chegou a hora de falar neles. -----

Enquanto responsável cessante da equipa da qualidade, agradeço ao Dr. Américo, ao Eng.º Paulo, ao André Pereira, ao Ricardo Silva, pelo esforço e dedicação e lamento que o Sr. Presidente tivesse manifestado grande desinteresse em relação a esta temática, enquanto eu fui responsável, nunca estando presente (só quando obtemos a certificação e ficava bem na fotografia lá apareceram...) e muitas das vezes que eu colocava tarefas como prioritárias, a determinados membros da equipa, ele e porque havia uma festa no mês seguinte ou outra coisa que no seu entendimento é que seria relevante, desautorizava-me, dizendo ao membro da equipa, que fosse para determinada lugar (sem nunca me consultar, exercendo o poder, de uma forma... muito sua, mas não me quero repetir) e muitas vezes este não realizava atempadamente as tarefas que lhe competia. O Sr. Presidente fazia isto só e apenas para destabilizar... Como podem ver isto roça o mobbing... Apesar dos contratempas conseguimos atingir os objectivos a que nos propusemos. -----

Decorria o mês de novembro fui novamente nomeada como Responsável pela Equipa da Qualidade, bem como a restante equipa. -----

Assim, reunimos com o Sr. Presidente e ficou estabelecido e uma vez que era para certificar toda a Autarquia, realizava-se um investimento plurianual, ao que o Sr. Presidente respondeu afirmativamente. Eu enquanto responsável sugeri, manter a equipa de auditoria externa, que tinha trabalhado connosco até aqui, dado o sucesso alcançado em tão pouco tempo e uma vez que à data o CCP assim o permitia, ao que o Sr. Presidente anuiu. Após estar previsto que assim seria, e o procedimento estar realizado, cabimentado e comprometidos começou com manobras dilatórias como é seu hábito... -----

No início mês de dezembro de 2017 o Sr. Presidente, menos de um mês de ser renomeada como Responsável da equipa, deu orientações, para não proceder à contratação da Entidade Externa de Auditoria e dar continuidade à certificação pela qualidade iniciada em 2017. Face a tal realidade, reuniu a equipa de Qualidade e foi distribuído um questionário ao Dr. Américo, Chefe de Divisão de Administração Geral, Eng.º Paulo Santos, Chefe de Divisão Técnica Municipal, que conforme informação agora distribuída e por eles assinada, afirmaram por unanimidade que não tinham os conhecimentos, nem as competências necessárias para dar continuidade ao processo de certificação desta natureza, uma vez que existe necessidade de formação específica e a experiência de uma entidade externa para a introdução de novas práticas/metodologias e colocaram à consideração e à responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara - Órgão Máximo da Autarquia, em tomar as decisões que entendesse por convenientes, no que diz respeito à continuidade ou não, da implementação deste

projeto, uma vez que a Entidade Certificadora vem renovar ou não, no próximo mês de Junho a respectiva certificação e essa responsabilidade era do Sr. Presidente e não nossa, uma vez que nós queríamos trabalhar e ele não permitia. -----

Contudo tentativa de dar continuidade ao processo, uma vez que era nosso entendimento, que a certificação era muito importante para a gestão autárquica, no dia 26 de fevereiro de 2017, a Equipa da Qualidade, conforme informação I/003/2018/GAP/1003 para o r. Presidente, (que faz parte integrante desta reunião e vai ser entregue a todos os presentes). -----

A esta informação nunca foi dada resposta Mais uma vez e pondo em causa, o direito à informação, o princípio da decisão e do da administração aberta o que demonstra as práticas de gestão pública adoptadas pelo Sr. Presidente, que pautava a sua atuação com contornos de malvadez e de forma a criar mau estar, com sucessivas tentativas de me descredibilizar e sobretudo destabilizar colocava-me assim numa posição delicada junto da equipa, e não contente suspendeu o processo. -----

Interveio o Senhor Presidente a fim de responder à declaração apresentada pela Senhora Vereadora Rita Silva. Assim, afirmou que discordava da metodologia utilizada na implementação do processo de qualidade, uma vez que num processo de gestão de qualidade têm que se envolver todos os colaboradores e não apenas as duas chefias de divisão como tinha acontecido anteriormente, e que, o valor que a Senhora Vereadora tinha proposto para a continuação da certificação, 40 mil euros, era muito elevado, ao que a Senhora Vereadora Rita Silva interrompeu para afirmar que esse valor era para mais 4 anos. -----

O Senhor Presidente solicitou que não fosse interrompido e informou que relativamente à gestão de qualidade ela era feita nos termos que ele indicasse e não nos termos que a Senhora Vereadora Rita Silva entendesse. Se nalgumas situações foi necessário que o membro da equipa, André Pereira, tivesse que exercer outras funções, também era verdade que a ajuda do Dr. Alexandre Lote na questão da construção dos formulários, tinha sido determinante para que a certificação fosse feita atempadamente. -----

Face ao exposto, o Senhor Presidente propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com três votos a favor e dois votos contra, nomear o Senhor Presidente, Eng. Paulo Santos, Dr. Américo Domingues, André Pereira e Ricardo Silva como equipa responsável pela implementação da Política da Qualidade do Município de Fornos de Algodres -----

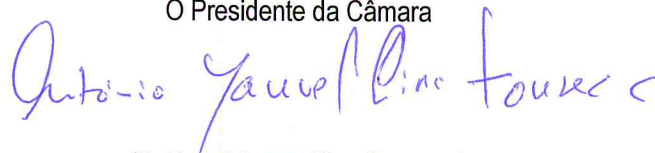
4 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA -----

O Senhor Presidente, após leitura da ata, propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara



(António Manuel Pina Fonseca)

O Secretário



(Paulo Manuel das Neves Santos)